



SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL



actc

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÁRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS

REPRESENTANTE OFICIAL



FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES DE TRANSITÁRIOS



PARCEIRO
INSTITUCIONAL



ACONTECE

ANO 39 - EDIÇÃO 324 - FEVEREIRO / 2024



TATIANA PRAZERES:
UMA NOVA DINÂMICA AO COMEX BRASILEIRO

BRAZIL

Este é o novo Acontece



A partir de janeiro de 2024, adotamos uma periodicidade mensal, enriquecendo nosso conteúdo com ainda mais notícias atualizadas sobre comércio exterior. Nosso objetivo é fornecer informações valiosas para embasar suas decisões estratégicas – e as dos seus clientes.



EDITORIAL

A era da transformação logística: reflexões sobre a Intermodal 2024

A Intermodal South America é um evento que se destaca no calendário de todos os profissionais ligados à logística, transporte e comércio exterior, e não posso deixar de refletir sobre o significado profundo deste encontro para nosso setor.

Realizado entre os dias 5 e 7 de março de 2024, no São Paulo Expo, este evento não foi apenas uma vitrine para as últimas inovações, mas um microcosmo das transformações que estão remodelando a logística global.

Com mais de 500 expositores de 15 países e uma estimativa de 43 mil visitantes, a Intermodal 2024 transcendeu a ideia de um mero evento setorial. Ela representou um ponto de confluência para ideias, tecnologias e pessoas que estão na vanguarda da revolução logística.

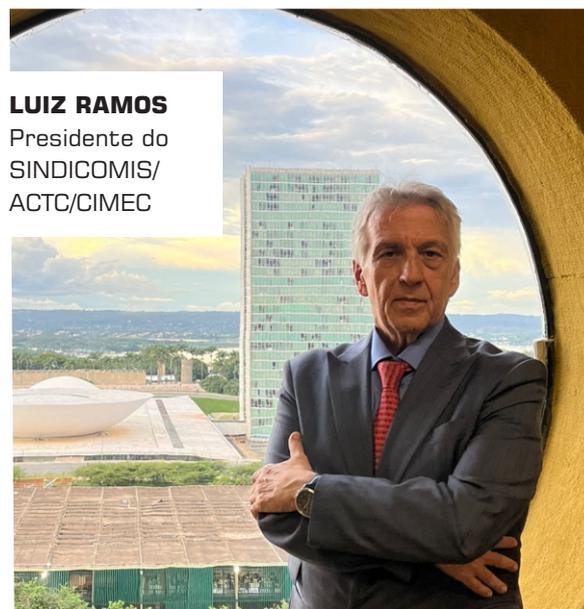
A presença de soluções avançadas em IoT, Inteligência Artificial e Logística 4.0, conforme destacado pelo estudo da Mordor Intelligence, não é apenas promissora; é uma demonstração clara de que o futuro da logística já está sendo construído.

Este cenário de crescimento, projetado para ultrapassar os R\$ 642 bilhões globalmente até 2029, traz consigo um misto de otimismo e responsabilidade.

Como líderes deste setor, temos o dever de não apenas acompanhar, mas também de liderar esta transformação, garantindo que a inovação sirva como um motor para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No entanto, o caminho à frente está repleto de desafios. O Brasil, com seus planos de investir R\$ 205 bilhões em infraestrutura logística, está em um momento crucial.

Estamos posicionados para fazer avançar significativamente nossa infraestrutura e capacidade operacional, mas isso exige mais do que apenas investimento financeiro. Exige uma visão estratégica, colaboração entre o setor público e privado e, acima de tudo, uma disposição para abraçar novas tecnologias e



LUIZ RAMOS

Presidente do
SINDICOMIS/
ACTC/CIMEC

metodologias.

A Intermodal 2024, portanto, foi mais do que uma oportunidade de aprendizado e negócios; foi um chamado à ação para todos nós. Cada debate, cada exposição e cada novo contato foi um passo em direção à construção de um setor logístico mais robusto, resiliente e adaptado às demandas do século XXI.

Como presidente do SINDICOMIS e da ACTC, compreendi este evento como um momento decisivo para o setor. Uma chance para reafirmarmos nosso compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a excelência operacional. Mais do que nunca, é essencial que nos unamos, compartilhemos nossas experiências e trabalhemos juntos para moldar o futuro da logística.

A Intermodal 2024 não foi apenas um reflexo do estado atual do nosso setor; foi um sinal do que podemos alcançar quando nos dedicamos à transformação e à inovação.

O comex brasileiro em boas mãos

Tatiana Prazeres,

servidora de carreira do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), tem sido uma peça chave nas negociações internacionais que culminaram em um significativo acordo para o Brasil.

Sua carreira de mais de duas décadas no comércio internacional abrange atuações notáveis no setor público e privado, em organizações internacionais e na academia, estendendo-se por cidades como Brasília, São Paulo, Genebra e Pequim.

Com sua formação abrangente, incluindo doutorado em Relações Internacionais, mestrado em Direito e graduações em Direito e Relações Internacionais, Tatiana traz um novo impulso ao comex brasileiro.

Desde que ela assumiu a Secretaria do Comércio Exterior, órgão inserido no MDIC, o SINDICOMIS e a ACTC têm mantido uma interlocução fluída e altamente produtiva.

Esta condição ficou ainda mais solidificada durante a reunião que o presidente dessas entidades, Luiz Ramos, teve com ela e com o vice-presidente e ministro titular do MDIC, Geraldo Alckmin. Na ocasião, ficou estabelecido que Tatiana atuará como a principal interlocutora nas discussões. Novas reuniões serão agendadas para dar continuidade aos temas tratados naquele encontro.

Com o anúncio do acordo firmado pelo Brasil e outros 121 países (**leia matéria neste jornal**), visando a ampliação de investimentos estrangeiros, a capacidade desta servidora pública novamente foi fundamental pelo papel que desempenhou na materialização dessa coalizção comercial internacional.



Brasil e outros 121 países fecham acordo para aumentar investimentos estrangeiros

Fonte: Agência Brasil

O Brasil e outros 121 países concluíram neste domingo (25/2) em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, um acordo de facilitação de investimentos que pretende simplificar as operações entre as economias signatárias, dar mais previsibilidade aos investidores e promover a conduta empresarial responsável nas operações internacionais.

A celebração do acordo antecedeu a abertura da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que aconteceu entre 26 e 29/2.

“Há muito valor no estabelecimento de padrões globais mínimos para transparência, simplificação e facilitação de investimentos, além de prevenção de disputas”, explica a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, que representou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC) na conferência de Dubai. “E nesse acordo há também cláusulas por meio das quais os países se obrigam a exigir do investidor compromissos sociais e ambientais”.

O Acordo sobre Facilitação de

*Adoção ocorreu em Abu Dhabi,
durante Conferência Ministerial
da OMC; país também aderiu
ao Arranjo Global sobre
Comércio e Gênero*



Investimentos para o Desenvolvimento (AFID, na sigla em inglês) vem sendo costurado desde 2017 com forte atuação do Brasil, que possui reconhecida experiência nessa área. Desde 2012, o Brasil vem concluindo Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) em nível bilateral e regional. Essa experiência fez do país um ator chave na formulação de propostas e nas negociações que vieram a ocorrer na OMC.

Segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o AFID tem potencial para alavancar o PIB brasileiro em 2,1% num período de cinco anos, gerando mais de 160 mil postos de trabalho e aumento dos investimentos em 5,9%. Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial aponta que 82% dos investidores consultados consideram transparência e previsibilidade na conduta de órgãos públicos como um fator importante ou criticamente importante para a definição a respeito de onde investir.

Confira a lista de países que assinam o acordo:

Afganistão, Albânia, Angola, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Austrália, Bahrein, Barbados, Belize, Benin, Bolívia, Brasil, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Canadá, República Centro-Africana, Chade, Chile, China, Congo, Costa Rica, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, União Europeia (27 países), Gabão, Gâmbia, Geórgia, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Hong Kong, Islândia, Indonésia, Japão, Cazaquistão, Coreia do Sul, Kwait, Quirguistão, Laos, Libéria, Macau, Malawi, Malásia, Maldivas, Mali, Maurítânia, Ilhas Maurício, México, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Moçambique, Mianmar, Nova Zelândia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Macedônia do Norte, Noruega, Oman, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Seicheles, Serra Leoa, Singapura, Ilhas Salomão, Suriname, Suíça, Tadjiquistão, Tailândia, Togo, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Uruguai, Vanuatu, Venezuela, Iêmen, Zâmbia e Zimbábue.



Gênero e Comércio Exterior

Ainda no contexto da Conferência Ministerial, aconteceu em 26/2 a adesão do Brasil ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero (GTAGA, na sigla em inglês), do qual fazem parte Canadá, Chile, Nova Zelândia, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru.

A cerimônia também contou com a presença da secretária Tatiana Prazeres, que representou o ministério na programação de Abu Dhabi.

O Arranjo Global sobre Comércio de Gênero existe desde 2020 e tem por objetivo promover políticas que aumentem a participação das mulheres no comércio internacional, o que também constitui uma das prioridades do Brasil na presidência do G20, principalmente no Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos, coordenado por MDIC e Ministério das Relações Exteriores.

A Conferência

A 13ª Conferência Ministerial da OMC teve debates sobre comércio e sustentabilidade, política industrial, subsídios verdes, agricultura, solução de controvérsias e reforma da Organização. A delegação brasileira em Abu Dhabi foi liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira e contou com a participação do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além do MDIC.

Brasil salta duas posições e se torna a nona economia do mundo

Com previsão de crescimento de 3,1% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o Brasil saltará duas posições e se tornará a nona economia do mundo em 2023, divulgou nesta terça-feira (19) o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a instituição, o país deverá encerrar o ano com PIB nominal de US\$ 2,13 trilhões, ultrapassando o Canadá, com PIB estimado em US\$ 2,12 trilhões.

No ano passado, o Brasil estava na 11ª posição. Segundo o FMI, até 2026, o Brasil pode subir uma posição e tornar-se a oitava maior economia do planeta, com PIB estimado em US\$ 2,476 trilhões.

As estimativas foram divulgadas com base no relatório Perspectiva Econômica Mundial, lançado em outubro. Na ocasião, o FMI estimou crescimento de 3,1% para o PIB brasileiro neste ano, contra estimativa de 2,1% no relatório anterior.

Segundo o FMI, os Estados Unidos, a China e Alemanha continuaram sendo as maiores economias do mundo neste ano. O órgão projeta que a economia global desacelerará neste ano, crescendo 3%, contra 3,5% em 2022. Para 2024, o FMI estima expansão global de 2,9%.

Para o Brasil, o FMI projeta crescimento de 1,5% no próximo ano. A projeção é mais baixa que a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê expansão de 1,8% para a economia brasileira em 2024. O Ministério da Fazenda projeta crescimento de 2,2%.



Ranking das dez maiores economias do mundo em 2023, segundo o FMI:

1. Estados Unidos – US\$ 26,95 trilhões
2. China – US\$ 17,7 trilhões
- 3- Alemanha – US\$ 4,43 trilhões
4. Japão – US\$ 4,23 trilhões
5. Índia – US\$ 3,73 trilhões
6. Reino Unido – US\$ 3,33 trilhões
7. França – US\$ 3,05 trilhões
8. Itália – US\$ 2,19 trilhões
9. Brasil – US\$ 2,13 trilhões
10. Canadá – US\$ 2,12 trilhões

Certificado digital facilita exportações de carne de aves para a União Europeia

Fonte: MDIC

Exportações brasileiras de carnes de aves à União Europeia já podem utilizar o Certificado de Origem Digital (COD), que resolve em poucos minutos uma operação que, até aqui, levava até nove dias para ser concluída – da solicitação à emissão do documento. A novidade traz redução de custos e mais segurança jurídica aos exportadores.

Em 26 de fevereiro, foi realizada a primeira exportação já utilizando o certificado digital, que se deu pelo porto de Rotterdam, na Holanda.

O certificado de origem é documento necessário para que as exportações brasileiras usufruam das cotas tarifárias europeias, estabelecidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele já havia sido implementado no Reino Unido no ano passado e agora passa a valer para os 27 países do bloco europeu.

Por ano, são expedidos cerca de 14 mil certificados para União Europeia e Reino Unido, ao custo de R\$ 166 cada. A digitalização das operações elimina também essa taxa, o que representa uma economia de R\$ 2,3 milhões anuais aos exportadores brasileiros.

Em 2023, as exportações desses produtos para a União Europeia alcançaram US\$ 490 milhões, equivalentes a 55% do total das exportações para o mundo. A emissão digitalizada deve ser feita pelo Portal Único de Comércio Exterior.

A inovação foi resultado dos esforços conjuntos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do



Ministério das Relações Exteriores (MRE) junto à Comissão Europeia, iniciados a partir de proposta brasileira para facilitar o fluxo de comércio bilateral, aperfeiçoar os controles e integrar plenamente as operações ao Portal Único, eliminando etapas burocráticas.

“Este marco não apenas fortalece a posição do Brasil como o principal exportador de carnes de aves no mundo, mas também demonstra nossa capacidade de inovar e desburocratizar o comércio”, destaca o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin. “O governo do presidente Lula segue trabalhando em parceria com o setor produtivo para promover a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global”, conclui.

Durante o processo de transição para o modelo digital, o MDIC disponibiliza um canal de comunicação dedicado a eventuais dúvidas ou dificuldades encontradas por exportadores e importadores: codigitalue@mdic.gov.br.

Tribunal Superior altera panorama para agentes de carga com decisão histórica

Em um desdobramento que promete redefinir as operações no setor de transporte internacional de cargas, o Tribunal Superior, em sessão virtual realizada de 9 a 20 de fevereiro, decidiu por maioria dar provimento ao agravo regimental, acolhendo assim os embargos de divergência.

Essa decisão culminou no provimento ao recurso extraordinário, estabelecendo um precedente ao determinar a aplicação da tese fixada no tema 210 ao caso em exame, com consequências diretas para os agentes de carga, incluindo os associados ao SINDICOMIS e à ACTC.

A decisão e seus contornos

A essência da decisão repousa na aplicação da Convenção de Montreal sobre a responsabilidade pelo transporte internacional de cargas, cassando a decisão anterior e mandando que outra seja proferida em observância a este tratado internacional.

O ministro Gilmar Mendes, divergindo da relatora, ministra Cármen Lúcia, e dos ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques, redigiu o acórdão que orienta essa mudança significativa.

Impactos positivos para os agentes de carga

A decisão é um marco para os agentes de carga, pois alinha as práticas nacionais às normas internacionais, criando um ambiente de negócios mais previsível e seguro. Esse alinhamento é essencial para os transitários, que, agora, podem contar com uma base jurídica mais clara para suas operações, reduzindo incertezas e potencializando a eficiência no transporte de cargas.



Desafios e perspectivas

Contudo, a decisão também traz desafios. A necessidade de adaptar-se às normas da Convenção de Montreal pode exigir mudanças operacionais e legais significativas por parte dos agentes de carga, requerendo investimentos em conformidade e treinamento.

Além disso, a divergência entre os ministros sinaliza que o tema ainda pode gerar debates e interpretações variadas, o que demanda dos agentes de carga uma vigilância constante quanto às futuras decisões judiciais.

Conclusão

Esta decisão não apenas esclarece uma questão jurídica pendente, mas também estabelece um novo horizonte para os agentes de carga e para o setor de transporte internacional de cargas como um todo. Ela reforça a importância da conformidade com as normas internacionais, promovendo um ambiente mais estável e propício para o comércio global.

Para os associados do SINDICOMIS e da ACTC, este é um momento de reflexão e adaptação, visando não apenas atender às exigências legais, mas também aproveitar as oportunidades que essa nova era jurídica promete.

CURSOS

SINDICOMIS/ACTC

INFORMAÇÕES:
(11) 3255-2599 | cursos@actc.com.br

ANAC

INICIAL - ACEITAÇÃO DE ARTIGOS PERIGOSOS PARA AGENTES DE CARGA / IATA CBTA 7.3

Código	Data	Local	Horário	Status
DGRCH3 3	18 A 21 DE MARÇO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH3 4	15 A 18 DE ABRIL	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH3 5	20 A 23 DE MAIO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH3 6	17 A 20 DE JUNHO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas

RECICLAGEM - ACEITAÇÃO DE ARTIGOS PERIGOSOS PARA AGENTES DE CARGA / IATA CBTA 7.3

Código	Data	Local	Horário	Status
RDGCH3 4	02 A 03 DE ABRIL	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
RDGCH3 5	06 A 07 DE MAIO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
RDGCH3 6	03 A 04 DE JUNHO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas

TRANSPORTE AÉREO DE ARTIGOS PERIGOSOS - MÓDULO PREPARAÇÃO – INICIAL ANAC – INICIAL - PREPARAÇÃO PARA EMBARCADORES / IATA CBTA 7.1

Código	Data	Local	Horário	Status
DGRCH1 3	11 A 14 DE MARÇO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH1 4	08 A 11 DE ABRIL	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH1 5	13 A 16 DE MAIO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
DGRCH1 6	10 A 13 DE JUNHO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas

TRANSPORTE AÉREO DE ARTIGOS PERIGOSOS - MÓDULO PREPARAÇÃO – RECICLAGEM ANAC – RECICLAGEM - PREPARAÇÃO PARA EMBARCADORES / IATA CBTA 7.1

Código	Data	Local	Horário	Status
RDGCH1 4	04 A 05 DE ABRIL	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
RDGCH1 5	08 A 09 DE MAIO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas
RDGCH1 6	05 A 06 DE JUNHO	EAD	08:30 às 17:30	Inscrições abertas

SINDICOMIS e ACTC unidos pela melhoria da mobilidade e logística: túnel Santos-Guarujá

Planejado

há quase um século, o tão aguardado túnel Santos-Guarujá está finalmente prestes a se tornar realidade. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), assinaram um termo de cooperação técnica no dia 2 de fevereiro, em Santos (SP), determinando um marco histórico para a mobilidade e logística das empresas das categorias econômicas representadas pelo SINDICOMIS e pela ACTC.

O túnel Santos-Guarujá é uma obra de grande importância para o setor de transporte nacional e



internacional, logística e na liberação da carga do comércio internacional. A principal missão desse projeto é aprimorar o fluxo de pedestres, cargas e veículos entre as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista, com um impacto significativo em pelo menos nove municípios da Baixada Santista, beneficiando direta e indiretamente as atividades das empresas representadas por nossas entidades.

Uma das vantagens mais destacadas é a substancial redução do tempo de viagem entre as duas cidades. Com uma extensão de 860 metros, dos quais 761 serão submersos sob o canal do Porto de Santos, a travessia entre os bairros Macuco, em Santos, e Vicente de Carvalho, em Guarujá, será concluída em menos de dois minutos. Isso representa uma melhoria considerável em comparação com a viagem de uma hora pela estrada que separa essas cidades.

Atualmente, os motoristas têm como opção o uso de balsas, que operam de 15 em 15 minutos, mas estão sujeitas à movimentação do Porto de Santos. Isso resulta em longos períodos de espera, variando de 20 a 60 minutos, causando atrasos e incertezas nas operações logísticas das empresas de transporte e cargas.

A pressão pública e o apoio de empresas e associações, como o movimento 'Vou de Túnel', demonstram o clamor pela construção dessa ligação mais moderna e eficiente. A obra, estimada em R\$ 5,96 bilhões, contará com investimentos públicos de R\$ 2,7 bilhões dos governos estadual e federal, além da participação da iniciativa privada por meio de uma parceria público-privada (PPP). A inauguração está prevista para 2028.

A denominação "túnel imerso" refere-se à técnica inovadora de construção, na qual as estruturas pré-moldadas são feitas na superfície, flutuam até um determinado ponto e, em seguida, são afundadas, formando o túnel submerso. Além de melhorar a conectividade rodoviária, o túnel também terá espaço para uma ciclovia, passagem urbana e acomodará o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em uma fase posterior.

Para financiar a obra e sua manutenção, está prevista a cobrança de pedágio com tarifa, cujo valor deve estar na faixa entre os preços atuais do pedágio da rodovia Domenico Rangoni (R\$ 14,20 por automóvel) e o da balsa (R\$ 12,30). Ciclistas e pedestres estarão isentos dessa taxa, garantindo uma solução equitativa para a comunidade.



A ligação seca entre Santos e Guarujá é uma necessidade discutida há décadas, mas vários obstáculos políticos e de financiamento atrasaram o projeto. No entanto, a união de esforços entre as esferas federal e estadual, apoiada pela sociedade civil, finalmente permitiu o progresso dessa obra crucial.

É importante ressaltar que ainda existem questões pendentes relacionadas aos impactos sociais e ambientais do projeto, incluindo o número de desapropriações. A consulta pública referente ao projeto deve ser lançada em março, e as partes interessadas estão comprometidas em minimizar o impacto social, garantindo que o desenvolvimento da região seja acompanhado de perto.

O túnel Santos-Guarujá é um marco para a mobilidade e logística nas operações das empresas representadas por nossas entidades, trazendo benefícios significativos para a economia, o comércio internacional e a qualidade de vida dos moradores da região. Estamos ansiosos para ver essa importante infraestrutura se tornar realidade e contribuir para o crescimento e a eficiência das atividades de nossos associados.

México supera a China como principal fonte de importações dos EUA

Fonte: Financial Times

Novos dados econômicos divulgados em fevereiro revelam uma mudança sísmica nos fluxos comerciais globais. Pela primeira vez em duas décadas, o México ultrapassou a China como a principal fonte de importações oficiais dos Estados Unidos.

Essa transformação reflete o crescente atrito entre Washington e Pequim, que tem reconfigurado o cenário do comércio internacional.

Em 2022, o déficit comercial dos Estados Unidos com a China registrou uma queda notável, com as importações diminuindo em 20%.

Os consumidores e empresas americanas buscaram alternativas, diversificando suas fontes de suprimentos. Na busca por peças automotivas, calçados, brinquedos e matérias-primas, os olhares se voltaram para outras nações, incluindo México, Coreia do Sul, Índia, Canadá, Vietnã e países europeus.

A recente fraqueza nas importações da China e a redução no comércio bilateral foram, em parte, consequências da pandemia. Durante os lockdowns, os consumidores americanos, confinados em suas casas, adquiriram produtos como laptops, brinquedos, testes de Covid, equipamentos esportivos e móveis, muitos dos quais fabricados no território chinês.

Mesmo após a diminuição das preocupações com o coronavírus em 2022, os Estados Unidos continuaram a importar produtos chineses. Os gargalos nos portos congestionados finalmente foram desfeitos, permitindo que as empresas



reabastecessem seus estoques.

Além das flutuações anuais normais, os dados comerciais agora fornecem evidências convincentes de que anos de tensões políticas e comerciais prejudicaram significativamente a relação entre os Estados Unidos e a China.

O México, com sua proximidade geográfica e economia robusta, emergiu como um parceiro comercial crucial para os EUA.

Enquanto o mundo observa essa mudança de marés, os analistas se perguntam como essa nova dinâmica afetará o cenário global de comércio e diplomacia.

Greve do Sindifisco chega ao fim, mas alerta sobre impactos aos importadores e exportadores

No começo de fevereiro, o Sindifisco anunciou ao governo federal a aprovação, em uma assembleia nacional, da proposta para a implementação do tão aguardado bônus de eficiência, prometido desde 2016.

Com isso, o órgão decidiu suspender todas as ações de mobilização, pondo fim à greve que havia começado em 20 de novembro de 2023.

Durante a paralisação nacional, o Sindifisco emitiu comunicados à sociedade informando sobre a suspensão de atendimentos e desembaraços de



cargas no Porto de Santos e em outros locais estratégicos.

No entanto, as consequências da greve não cessaram com o fim do movimento. Empresas envolvidas no comércio exterior enfrentam, agora, os prejuízos decorrentes da paralisação aduaneira, refletindo em custos extras e impactos financeiros em toda a cadeia de suprimentos.

A demora na liberação de mercadorias, seja por greves ou por altas demandas, ineficiências ou exigências excessivas das autoridades aduaneiras, acarreta custos adicionais para os operadores nos terminais alfandegados. Estes custos se manifestam através de armazenagem, sobrestadia, perda de carga perecível, aumento nos preços de frete e seguro, quebra de contratos e lucros cessantes.

É importante destacar que tais prejuízos, quando ocasionados pelo Estado, podem ensejar a responsabilidade deste em indenizar os afetados, conforme estabelecido pela Constituição. A teoria objetiva da responsabilidade estatal se aplica, salvo em casos fortuitos ou de força maior.

Além dos danos materiais, os importadores e exportadores podem sofrer danos morais e reputacionais em decorrência das ações ou omissões das autoridades aduaneiras. A negativa de liberação de mercadorias ou imposição de exigências ilegítimas também pode configurar situações de indenização.

É fundamental que as categorias econômicas representadas pelo SINDICOMIS e pela ACTC alertem seus clientes importadores e exportadores sobre os potenciais riscos e custos associados às interrupções aduaneiras, bem como sobre seus direitos e medidas cabíveis em casos de prejuízos decorrentes dessas situações.

A conclusão da greve do Sindifisco marca apenas o fim de uma etapa. Agora, é essencial que todas as partes envolvidas estejam atentas e preparadas para lidar com os desafios e impactos econômicos decorrentes desse período de paralisação no comércio exterior.

Fim da medida antidumping da China sobre frango brasileiro



Fonte: MDIC

O governo brasileiro

foi informado da decisão do governo da China de não renovar a medida antidumping aplicada desde 2019 às exportações brasileiras de produtos de carne de frango.

A medida antidumping, que deixou de ser aplicada em 17 de fevereiro, correspondia a uma sobretaxa sobre o valor do produto importado, variando entre 17,8% e 34,2%, de acordo com a empresa exportadora. Além disso, 14 empresas brasileiras haviam celebrado “compromissos de preços” com o governo da China, obrigando-se a praticar preços superiores a um patamar mínimo preestabelecido. A reversão da medida exclui a tarifa adicional.

Tais medidas prejudicavam a competitividade do produto brasileiro no mercado chinês.

O governo brasileiro atuou ativamente junto a autoridades chinesas em diversos foros e durante a realização de mecanismos bilaterais de cooperação em 2023, obtendo a decisão favorável.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, e a China é o segundo maior consumidor mundial do produto e também o principal destino dos embarques de carne de frango brasileira, que superaram U\$ 1,9 bilhão e alcançaram mais de 679 mil toneladas no ano passado.

O fim da medida antidumping faz as exportações de frango do Brasil mais competitivas para aquele mercado e, além disso, abre novas oportunidades para outros produtores brasileiros que, mesmo com seus frigoríficos habilitados, não conseguiam ser competitivos em razão dos direitos antidumping impostos.

Trata-se de resultado positivo para o nosso setor avícola e para a relação econômico-comercial do Brasil com a China. O Brasil permanece dedicado a manter um diálogo aberto e construtivo com os parceiros chineses, buscando oportunidades de cooperação e desenvolvimento sustentável nas relações comerciais.



CIMEC
Câmara Internacional de Mediação
e Arbitragem de Conflitos

  SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

UNIAO E RECONSTRUÇÃO



CURSO PARALEGAL
BÁSICO DE MEDIAÇÃO

  SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

UNIAO E RECONSTRUÇÃO



MEDIAÇÃO PARA
ADVOGADOS E
GESTORES DE RH

  SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

UNIAO E RECONSTRUÇÃO



MEDIAÇÃO NAS
RELAÇÕES DE CONSUMO

RESOLVA DISPUTAS
COM AGILIDADE NA

CIMEC

*Mediação e arbitragem
eficientes para sua empresa*

 (11) 2391-6044

 camaracimec.com.br



Decisão judicial abre precedente para maior equidade nas práticas de contratação de seguros



Em uma decisão emblemática, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu um julgamento que reforça a proteção dos consumidores nas relações securitárias, especialmente para aqueles que enfrentam restrições de crédito.

Este veredito é de particular interesse para os membros do SINDICOMIS e da ACTC, uma vez que sublinha a importância da equidade e da transparência nas práticas comerciais, valores que estas entidades defendem vigorosamente.

A ação civil pública originou-se da recusa de uma seguradora em contratar ou renovar seguros para indivíduos que, apesar de terem restrições de crédito, estavam dispostos a realizar o pagamento à vista. A prática foi considerada abusiva pelo Ministério Público, que levou o caso à Justiça, buscando assegurar que os direitos dos consumidores fossem respeitados.

Pontos principais do julgamento:

Legitimidade do Ministério Público: o STJ reconheceu a legitimidade do Ministério Público em defender os direitos coletivos dos consumidores, destacando a relevância social dessa atuação. A decisão ponderou sobre a aplicação do artigo 39, IX, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), considerando as especificidades das relações securitárias e a necessidade de uma análise de risco por parte das seguradoras.

Práticas comerciais equitativas: o tribunal destacou que, apesar de certas justificativas para a recusa de venda serem legítimas, recusar a venda de seguros com base

exclusivamente em restrições de crédito, quando o pagamento é à vista, constitui uma prática abusiva.

Efeitos da decisão: a sentença tem efeito erga omnes, beneficiando todos os consumidores no território nacional, reforçando a importância de divulgar tais decisões para garantir a ampla informação dos direitos dos consumidores.

Implicações para associados e filiados: esta decisão é um marco importante para todos os membros do SINDICOMIS e da ACTC, pois reitera a necessidade de práticas comerciais justas e transparentes. Além disso, destaca a importância de estar informado sobre os direitos enquanto consumidores e empresários, especialmente em setores regulados, como o securitário.

Conclusão

A decisão do STJ é um lembrete importante de que a justiça pode e deve ser um baluarte na proteção dos direitos dos consumi-

res, inclusive em áreas complexas como as seguradoras.

Para o SINDICOMIS e a ACTC, o veredito reforça a mensagem de que a equidade nas práticas comerciais não é apenas fundamental para a confiança nas relações de negócios, mas também é uma exigência legal.

O SINDICOMIS e a ACTC continuam comprometidos em defender e informar seus membros sobre seus direitos e deveres, garantindo que o ambiente de negócios permaneça justo, transparente e propício ao desenvolvimento sustentável.



Presidente do CARF será o palestrante do COMITEC

Carlos Higino Ribeiro de Alencar, presidente do CARF, é o convidado especial da próxima edição do **COMITEC**. O evento está marcado para **26 de abril, às 14 horas, no auditório do SINDICOMIS/ACTC**.

A palestra terá como tema as futuras direções do CARF, incluindo novas súmulas, projetos a serem implementados e a reforma do Regimento Interno do Conselho. Higino também atenderá reservadamente associados e filiados para discussões de dúvidas ou demandas (despacho executivo).

Os interessados em participar presencialmente da palestra e/ou do despacho executivo deverão inscrever-se antecipadamente em elaine.actc@sindicomis.com.br.

Os atendimentos no despacho executivo serão exclusivamente presenciais e começarão às 15h30. Eles serão limitados a, no mínimo, quatro empresas e é necessário informar, no momento da inscrição, o assunto a ser discutido. Cada encontro será individual e com duração máxima de 20 minutos.

Inscrições e local

O COMITEC tem entrada grátis. O auditório do SINDICOMIS/ACTC está localizado na Rua Avanhandava, 126, 6º andar, Bela Vista, em São Paulo (SP).

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3255-2599.





ANTAQ vai coletar dados de terminais para fazer inventário de emissão de carbono

Fonte: ANTAQ

A ANTAQ se prepara

para implementar mais uma estratégia de Environmental, Social and Governance (ESG) dentro da agência. Dessa vez, o intuito é fazer um levantamento com todos os portos para construir um inventário de emissão de carbono do setor aquaviário.

Essa iniciativa faz parte de uma agenda prioritária da Agência com três estudos diferentes. Um deles trata de como os portos estão se preparando para a transição energética, com o uso de novos tipos de combustíveis, por exemplo; e o outro é sobre como os portos se planejam para melhorar a relação porto-cidade.

O objetivo da Agência é que em breve seja feito um levantamento de emissão de carbono parecido com o estatístico aquaviário, que

é divulgado mensalmente em um compilado para a sociedade. Com isso, a ANTAQ poderá atender às metas do acordo de Paris e a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária interna.

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, reforçou que para atender às metas estabelecidas é necessário primeiro monitorar e medir e por isso esse inventário é fundamental para o setor e para a sociedade.

“A nossa missão é que sejam encaminhadas informações tempestivas por todo o setor e a partir dali é possível ter um termômetro sobre como o setor está se comportando em relação às emissões de carbono”, explicou Nery em evento da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que aconteceu na quarta-feira (28) de manhã para tratar das práticas e desafios no setor público para a implementação do ESG.

Agenda perene

A Agência vem trabalhando para melhorar os níveis de sustentabilidade no setor portuário há algum tempo. A ANTAQ foi a primeira agência reguladora federal a ter uma unidade voltada exclusivamente para a área de sustentabilidade e foi precursora na criação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), servindo inclusive de exemplo para outras agências reguladoras.

Além disso, no ano passado, foi entregue o estudo “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos”. Nesse estudo foram identificadas as principais ameaças e riscos climáticos.

Com isso, foi feita uma metodologia com todas as diretrizes para realização de estudos de caso sobre os impactos climáticos nos portos e no momento está sendo feito um monitoramento desses impactos por parte da ANTAQ.

“A Agência está estimulando as autoridades portuárias e os Terminais de Uso Privado a se planejar para essas mudanças climáticas que se avizinham”, apontou o diretor-geral.

Rio Limpo, Amazônia Viva

O diretor ressaltou ainda, durante o painel, a importância do evento educativo Rio Limpo, Amazônia Viva, que visa preservar os rios da região. A intenção é que esse evento aconteça ainda no primeiro semestre deste ano no Norte do país.

A iniciativa tem como objetivo geral: promover a sustentabilidade ambiental, incentivar o atendimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a adoção de princípios ESG no transporte aquaviário na região amazônica.

Painel ESG

O painel “ESG – Práticas e desafios no setor público”, promovido pela ANAC, contou com a participação, além do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, da secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), Mariana Pescatori; do diretor-presidente da ANAC, Tiago Pereira; do diretor da ANAC, Rogério Benevides; do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes; e com a moderação de Marcelo Bernardes, que é superintendente de Governança e Meio Ambiente da ANAC.



A fundação do Lloyd Brasileiro: marco na economia e comércio exterior do Brasil

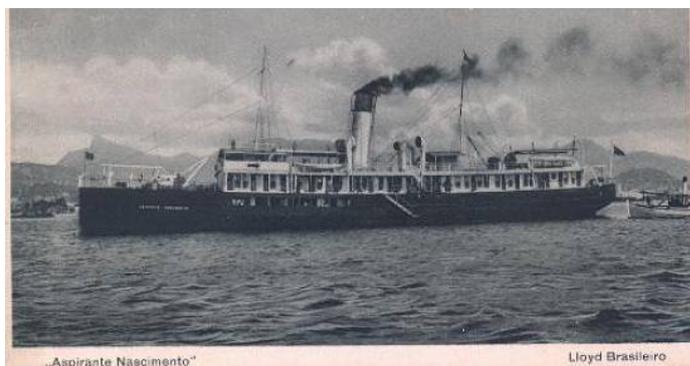
Há 130 anos, em 19 de fevereiro de 1894, num momento decisivo da história brasileira que seguiu à Proclamação da República e ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, foi fundada uma instituição destinada a se tornar um pilar fundamental na economia e no comércio exterior do país: o Lloyd Brasileiro, reconhecido como o primeiro armador brasileiro.

A fundação do Lloyd Brasileiro, sob os auspícios da então nova Constituição brasileira, foi um marco significativo, representando não apenas uma conquista nacional, mas também um importante passo para a consolidação da soberania nacional sobre suas rotas marítimas e comerciais.

Este movimento estratégico envolveu a incorporação ou encampação de diversas empresas de navegação que, até então, operavam de maneira fragmentada pelo vasto território marítimo brasileiro.

A importância do Lloyd Brasileiro para a economia brasileira da época não pode ser subestimada. Em uma era onde o comércio marítimo era sinônimo de desenvolvimento e integração econômica, a instituição desempenhou um papel crucial na unificação das rotas comerciais, facilitando não apenas o transporte de mercadorias, mas também a comunicação e a integração entre diferentes regiões do Brasil.

Além disso, o Lloyd Brasileiro teve um impacto significativo nas atividades relacionadas ao comércio exterior, essencial para as empresas das categorias econômicas representadas pelo SINDICOMIS e a ACTC. A existência de uma frota nacional robusta, gerenciada sob os padrões e interesses nacionais, proporcionou uma maior segurança e previsibilidade para as



operações de comércio exterior, essenciais para a saúde econômica do país.

A jornada do Lloyd Brasileiro reflete a evolução e os desafios enfrentados pelo Brasil em sua busca por autonomia e desenvolvimento econômico. Sua fundação foi um ato de visão estratégica, demonstrando a importância de investir em infraestrutura e instituições que suportem os pilares da economia nacional.

Hoje, ao relembrarmos a fundação do Lloyd Brasileiro, é crucial reconhecer o valor histórico e as lições aprendidas com essa importante instituição. Ela nos lembra da necessidade constante de inovação, adaptação e investimento em setores chave para garantir o crescimento sustentável e a integração eficaz no cenário econômico global.

Em retrospecto, a fundação do Lloyd Brasileiro não foi apenas um marco para o comércio marítimo e a economia do Brasil, mas também um símbolo de um país em busca de sua identidade, soberania e lugar no palco global. A herança deixada pelo Lloyd Brasileiro continua a inspirar e a influenciar as políticas e práticas econômicas do país, ressaltando a importância de valorizar e preservar as conquistas do passado para construir um futuro próspero e integrado.

SINDICOMIS e ACTC unem-se no combate à corrupção: cooperação e transparência como pilares fundamentais

Em um cenário marcado por constantes desafios e busca por integridade, o SINDICOMIS e a ACTC reforçam seu compromisso inabalável no combate à corrupção.

Recentemente, um caso exemplar veio à tona, evidenciando a eficácia das medidas de controle e fiscalização. A Controladoria-Geral da União (CGU) aplicou uma multa significativa à empresa Metachem Industrial e Comercial, no valor aproximado de R\$ 2,8 milhões. Tal sanção foi desencadeada por sua participação em um esquema de comercialização de dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), destinados a empresas envolvidas em atividades de exportação ou importação.

O processo administrativo instaurado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) teve origem na Operação Spy, da Polícia Federal, que detectou e desmantelou essa prática irregular. A rápida atuação dos órgãos competentes, aliada à colaboração da empresa investigada, resultou em um julgamento antecipado, evidenciando o compromisso com a transparência e a prestação de contas.

Essa ação exemplar reforça a importância e o comprometimento do MDIC com a promoção da integridade pública, destacando a seriedade com que as instituições brasileiras encaram o combate à corrupção. A Lei Anticorrupção, base para a imposição da multa, visa proteger os direitos de todos os cidadãos e desencorajar práticas negativas, além de incentivar a adoção de condutas éticas por parte das empresas.



O SINDICOMIS e a ACTC endossam veementemente o respeito à legislação e à moral administrativa, encorajando seus representados a pautarem suas atividades em princípios éticos e legais. Acreditamos que somente por meio da cooperação entre o setor privado e o público, aliada a práticas transparentes e íntegras, poderemos construir uma sociedade mais justa e ética.

Nesse sentido, reiteramos o apoio irrestrito à atuação da Controladoria-Geral da União e demais órgãos de fiscalização, reconhecendo sua importância vital na promoção de um ambiente de negócios saudável e livre de práticas ilícitas.

Ressaltamos ainda que o SINDICOMIS e a ACTC permanecem vigilantes e abertos ao diálogo, incentivando a denúncia de quaisquer irregularidades por meio do canal Fala.BR da CGU. Acreditamos que cada cidadão e empresa tem um papel fundamental na construção de um Brasil mais justo e transparente.

Em tempos de desafios, a união em prol da ética e da legalidade é mais do que uma necessidade, é um compromisso inegociável. O SINDICOMIS e a ACTC estão firmemente engajados nessa luta e convidam todos os seus representados a se unirem a nós nesse propósito nobre e essencial para o desenvolvimento sustentável de nossa nação.

ANTAQ realizou mais de 4 mil fiscalizações em 2023

Fonte: ANTAQ

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou 4.431 fiscalizações, um aumento significativo em relação às 3.037 fiscalizações realizadas em 2018. Os dados foram divulgados durante a apresentação de Desempenho Aquaviário 2023 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em 7 de fevereiro.

Além das fiscalizações regulares, destaca-se a implementação das fiscalizações temáticas e a intensificação da fiscalização da dragagem de Itajaí/SC.

O número de autos de infração lavrados diminuiu, assim como o número de notificações e o

índice de permanência em irregularidades. Isso demonstra a efetividade da fiscalização responsiva, que visa educar os usuários e o setor.

Confira a apresentação da Superintendência de Fiscalização

Segundo o Diretor-Geral da ANTAQ, Eduardo Nery, os dados apresentados demonstram que os resultados positivos de 2023 foram fruto do trabalho conjunto de todos os setores da Agência.

“A nossa atuação é fundamental para o desenvolvimento do setor, pois é responsiva e efetiva, permitindo que os investimentos ocorram e que o setor se desenvolva de forma sustentável”, disse Nery.

Outorgas

As outorgas de instalações portuárias (arrendamentos, TUPs, Estações de Transbordo de Carga e Instalações Portuárias de Turismo) aumentaram 1% em 2023.

A Agência reconhece a importância da segurança jurídica e regulatória como pilar fundamental para atrair investimentos no setor aquaviário, pois cria um ambiente propício para o investi-





mento que, por sua vez, impulsiona a movimentação portuária e gera mais outorgas. Isso cria um ciclo virtuoso que beneficia todo o setor.

“O investimento é fundamental para o crescimento do setor aquaviário, mas depende de um ambiente propício, com segurança jurídica e regulatória. A ANTAQ tem criado esse ambiente, com foco na eficiência e na modernização da infraestrutura portuária”, afirmou o Superintendente de Outorgas da ANTAQ, Renildo Barros, durante a apresentação do Desempenho Aquaviário 2023.

Projeções para 2024

Para este ano, está prevista a extensão do aplicativo Comunicação de Acidentes e Incidentes (Cepai) para todo o país. A ferramenta facilita a troca de informações sobre segurança portuária. Além disso, a criação de um Centro Nacional de Monitoramento dos Terminais Portuários e a implementação de um novo modelo de fiscalização responsiva.

Movimentação portuária

O setor aquaviário brasileiro atingiu um marco histórico em 2023, movimentando 1,303 bilhão de toneladas entre janeiro e dezembro. Esse volume representa um crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior, consolidando-se como o maior já registrado na série histórica.

O crescimento é resultado do aumento da frota, da eficiência portuária e da melhora na infraestrutura. A alta foi puxada pelo escoamento de granéis sólidos vegetais, minério de ferro e óleo bruto.

O brasileiro está mais otimista

Fonte: Febraban

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) a pedido da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) indicou um nível recorde de otimismo entre os brasileiros sobre o futuro.

O estudo Radar Febraban de fevereiro de 2024 mostra que 75% dos participantes esperam melhorias em suas vidas nos próximos 12 meses, o maior índice já registrado, apresentando uma variação positiva quando comparado aos 74% observados em dezembro do ano anterior.

A pesquisa destaca o otimismo especialmente entre as mulheres, onde 80% delas antecipam melhorias, e entre os indivíduos de 25 a 44 anos, com 81% compartilhando dessa expectativa. Notavelmente, a região Nordeste se sobressai, com 83% dos entrevistados prevendo um futuro melhor.

Além disso, o levantamento aponta uma redução na parcela de pessoas que preveem uma piora em suas vidas, de 9% para 8%, enquanto a expectativa de estabilidade se manteve em 3%.

Este otimismo é interpretado como reflexo da atual conjuntura política e econômica do país, sob a gestão de Lula (PT), associada a um ambiente de confiança e positividade.

A pesquisa contou com 2.000 entrevistados, representativos da população adulta brasileira, e utilizou metodologias quantitativas, incluindo entrevistas telefônicas e complementos online, realizadas entre 14 e 20 de fevereiro de 2024.

A margem de erro estimada para o estudo nacional é de ± 2.2 pontos percentuais, com um intervalo de confiança de 95,5%, variando conforme o tamanho das subamostras.





FIATA partners with World Logistics Passport to strengthen and facilitate global trade

F IATA (International Federation of Freight Forwarders Associations) is pleased to announce its partnership with the World Logistics Passport (WLP), a global initiative aimed at promoting seamless trade flow among traders, freight forwarders, and key supply chain players through its logistics loyalty program. This partnership announcement coincides with the commencement of the 2024 FIATA-RAME Field Meeting in Dubai, United Arab Emirates, where the WLP is headquartered, and at which these key themes in the region and on the global logistics playing field will be discussed.

The collaboration between FIATA and WLP marks a significant milestone in advancing international trade facilitation. Through this partnership, with FIATA's vast global network comprising over 40,000 freight forwarding and logistics companies across 150 countries, the two aim to support their respective members in easing trade processes. The WLP overcomes non-tariff trade barriers through the offering of financial and non-financial benefits such as fast-tracking of cargo movement, reducing administrative costs, advancing cargo information and facilitating trade across borders, all of which can benefit FIATA Members.

FIATA's Director General Stéphane Graber said of the partnership: "This collaboration aligns with FIATA's mission to promote global standards, and overcome geographical barriers to ease trade. WLP and FIATA are synergistically work together on the common goal of facilitating trade through networks and collaboration. The world is getting more and more complex due to environmental and political crises, disrupting supply chains. Trade facilitation is key to ensuring the seamless movement of goods around the world. To achieve a resilient and efficient supply chain we must bring people together, which is the common objective of FIATA and WLP. Members will benefit from best practices

FIATA's Director General Stéphane Graber said of the partnership: "This collaboration aligns with FIATA's mission to promote global standards, and overcome geographical barriers to ease trade. WLP and FIATA are synergistically work together on the common goal of facilitating trade through networks and collaboration. The world is getting more and more complex due to environmental and political crises, disrupting supply chains. Trade facilitation is key to ensuring the seamless movement of goods around the



world. To achieve a resilient and efficient supply chain we must bring people together, which is the common objective of FIATA and WLP. Members will benefit from best practices and practical inputs of trade facilitation resulting in better connectivity and accelerated movement". Dr Graber was a high-level speaker on the opening panel of the 2023 WLP Global Summit in November, and emphasised the growing importance of trade corridors and bringing different stakeholders to collaborate to increase the efficiency of logistics and address bottlenecks. The importance of building trust between stakeholders and the role that international organisations like FIATA can play, were also highlighted.

Mahmood Al Bastaki, General Manager of World Logistics



Passport, commented on the partnership, stating, "FIATA's partnership will provide WLP members access to a vast global network of over 40,000 freight forwarding and logistics companies across 150 countries. With its mission of promoting seamless trade flow, WLP fosters collaboration among traders, freight forwarders, and supply-chain key players, enhancing existing and creating new opportunities for international trade. WLP mirrors the vision of FIATA to promote globalization and overcome barriers to ease trade. Together with FIATA, this collaboration will offer new market opportunities, industry insights, and global project collaboration."

FIATA looks forward to the fruitful collaboration that it will have with the WLP, and the loyalty program benefits that it can bring to its members, who can read more and sign-up to the World Logistics Passport [here](#).

About FIATA

FIATA is a non-governmental, membership-based organisation representing freight forwarders in some 150 countries. FIATA's membership is composed of 114 Associations Members and more than 6,000 Individual Members, overall representing an industry of 40,000 freight forwarding and logistics firms worldwide. Based in Geneva, FIATA is 'the global voice of freight logistics' www.fiata.org



About WLP

The World Logistics Passport (WLP) is a global initiative launched in 2020 at the World Economic Forum in Davos. The initiative is designed to address trade barriers and smoothen the flow of trade across the network. It is the world's first logistics loyalty programme for traders and freight forwarders.

WLP focuses on addressing industry specific supply chain bottlenecks. WLP works with logistics partners from public and private sector across 20 global hubs to customize benefits that provide members with economic efficiencies. These benefits help reduce cost, save time, and gain access to new market opportunities. WLP's mission is to increase bilateral trade and grow the economy of the countries within the network.

For more information, visit www.worldlogisticspassport.com



FAÇA PARTE DA FIATA

FILIE-SE POR MEIO DA ACTC/SINDICOMIS

ALGUNS DOS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS AOS ASSOCIADOS

ADVOCACIA

SUSTENTABILIDADE
GRUPO CARGO INTEGRITY

DIGITALIZAÇÃO

BL DIGITAL SEGURO FIATA
VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FIATA
FREIGHT-PAY
FIT ALLIANCE

TREINAMENTOS

DIPLOMAS FIATA
PROGRAMA ICAO/FIATA
CARGA PERIGOSA
VERIFICAÇÃO DE DIPLOMAS OU CERTIFICADOS
PRÊMIO JOVENS PROFISSIONAIS DE LOGÍSTICA



Contato: Roberta Cristina da Silva
 roberta@aduanearas.com.br
 11 | 4862-0498

Na importação marítima CFR Santos, frete *prepaid* pago pelo exportador, existe taxa relativa ao frete mencionada no CE Mercante que entra no valor aduaneiro da mercadoria? Se sim, quais taxas somam ao valor do frete e quais entram como acréscimo no valor aduaneiro? Há diferença entre taxas *prepaid* ou *collect*? Não me refiro à capatazia, pois esta saiu do valor aduaneiro recentemente, mas a outras taxas.

Não existe qualquer taxa relativa ao frete mencionada no CE mercante a não ser as mencionadas no conhecimento de transporte que devem ser acrescidas ao valor aduaneiro. De acordo com o art. 77 do Regulamento Aduaneiro - Decreto nº 6.759/2009, alterado pelo Decreto nº 11.090/2022, em relação às taxas, não é mencionada diferença entre taxas *prepaid* ou *collect*. Contudo, em relação aos gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, o referido dispositivo indica que integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado: "os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada aos locais referidos no inciso I, excluídos os gastos incorridos no território nacional e destacados do custo de transporte." Lembramos que para um posicionamento oficial, deverá ser consultada a Receita Federal.

Um cliente que irá fazer uma importação na modalidade temporária de uma máquina da matriz que fica na Itália, será feito um contrato de locação com tempo determinado para essa máquina fique no Brasil e os impostos de importação serão pagos proporcionalmente todos os meses, a dúvida é, se a máquina for ficar no Brasil e fizer o desembaraço definitivo os impostos de importação serão pagos novamente?

Informamos que, conforme estabelece o art. 73 da Instrução Normativa RFB 1.600/2015, alterado pela Instrução Normativa RFB nº 1.989/2020, no caso de extinção da aplicação do regime mediante despacho para consumo, os tributos originalmente devidos, deduzido o montante já pago, deverão ser recolhidos com acréscimo de juros de mora, calculados a partir da data da ocorrência do fato gerador até a data do efetivo pagamento.

Precisa-se apresentar a fatura comercial em uma importação sob o regime da admissão temporária?

Conforme menciona a alínea "a", inciso II, § 2º, art. 18 da Instrução Normativa SRF nº 680/2006, não será exigida a apresentação de fatura comercial em importação que não corresponda a uma venda internacional da mercadoria, tal como a admissão temporária de bens.

Qual a NCM a ser utilizada para um chaveiro composto por



um mini urso de pelúcia?

Este produto deve ser classificado pelo material constitutivo dos aros (local onde serão fixadas as chaves). Os elementos que se juntam ao aro são considerados ornamentos ou artigos de função secundária.

Aplicando a regra "3b" da RGI/SH (Regras Gerais de Interpretação do Sistema Harmonizado) a classificação deve ser definida pelo elemento de característica essencial do produto. Em se tratando de chaveiro, deve considerar o elemento essencial o de fixação das chaves, no caso os aros.

Cabe destacar ainda a Instrução Normativa RFB nº 2.171/2024, que aprova a coletânea dos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) internacionalmente, determina o enquadramento de chaveiros dentro desse entendimento.

Portanto, se o aro, elemento de fixação da chave for de ferro ou aço, sugerimos o enquadramento no código NCM/SH 7326.90.90.

Brinquedo para cães (bicho de pelúcia com enchimento) pode ser classificado na NCM/SH 9503.00.31?

Conforme a NESH da posição 9503, este grupo compreende os brinquedos destinados essencialmente ao divertimento de pessoas (crianças ou adultos). Por outro lado, os brinquedos que, pela concepção, formas ou matérias constitutivas, sejam reconhecíveis como sendo exclusivamente destinados a animais, por exemplo, brinquedos para animais domésticos, não se classificam nesta posição, mas seguem o seu próprio regime. Portanto, se o produto apresentar características técnicas ou físicas que o identifique como sendo destinado exclusivamente a animais, deverá ser classificado pela sua matéria constitutiva. Neste caso, sendo um artefato confeccionado de material têxtil (pelúcia), sugerimos o enquadramento no código NCM/SH 6307.90.90.

Caso não seja possível identificar que este objeto é de uso exclusivo de "pets", sugerimos o enquadramento no código NCM/SH 9503.00.31 – brinquedos que representem animais ou seres não humanos – com enchimento.